



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS NAS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE TÉCNICO-
ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO/UFPI – EDITAL 07/2014

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

DATA: 01/06/2014

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO
DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções cada. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO: 11 a 15
NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 16 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50

- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

Chutando a escada

01 “Contra a estupidez lutam os próprios deuses em vão”. A frase é de Friedrich Schiller e penso que ela
02 traduz com perfeição o debate sobre imigração nos EUA.

03 Ao que consta, os latinos estão perdendo a paciência com Barack Obama, que não apenas deixou de
04 cumprir a promessa de aprovar uma reforma migratória como também foi sob seu governo que os EUA
05 bateram o recorde de deportações, tendo, segundo certas contas, expulsado 2 milhões nos últimos cinco anos.

06 Latinos são uma das mais fiéis bases de apoio do Partido Democrata. Em 2012, 71% dos eleitores
07 desse grupo votaram em Obama. É improvável que se bandeiem para os republicanos, mas, nos EUA, há
08 sempre a opção de não votar, o que pode causar dificuldades para os democratas nas eleições legislativas
09 deste ano.

10 Não é, porém, o aspecto eleitoral que me interessa aqui, mas a questão mais substantiva de definir se
11 a imigração é boa para o país. No caso dos EUA, apesar das formidáveis barreiras burocráticas e das patrulhas
12 de caça a ilegais, não há muita dúvida de que ela é benéfica.

13 Uma revisão da literatura feita pelo Brookings Institute em 2010 concluiu que a imigração contribui,
14 ainda que modestamente, para elevar o nível de vida dos trabalhadores americanos, ao aumentar a
15 produtividade e reduzir preços. Essa não é a única intuição contrariada pelas evidências. Também é falsa a
16 ideia de que imigrantes drenam recursos do “welfare state”. Na verdade, estrangeiros, notadamente os ilegais,
17 pagam quase todos os impostos e usam parcela reduzida dos serviços, tornando-se doadores líquidos do
18 sistema.

19 No mais, foi a imigração que evitou que a demografia americana evoluísse para perfis perigosos como
20 os verificados na Europa e no Japão. Mas, mesmo que nada disso fosse verdade, ainda assim é estranho ver
21 um país forjado por imigrantes empenhado em chutar a escada para que ninguém mais possa subi-la.

(SCHWARTSMAN, Hélio. Folha de São Paulo, 26.04.14. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2014/04/1445947-chutando-a-escada.shtml>)

01. Com base no texto lido, é CORRETO afirmar:

- (A) A postura dúbia de Obama em relação à imigração é peremptória para o crescimento dos republicanos enquanto força política nos Estados Unidos.
- (B) O descumprimento das promessas de Obama e a não obrigatoriedade do voto poderão causar prejuízos políticos aos democratas.
- (C) Há evidências de que os imigrantes contribuíram significativamente para elevar os Estados Unidos à categoria de potência econômica mundial.
- (D) Nos Estados Unidos, os estrangeiros são os que menos sonem impostos.
- (E) Os imigrantes foram os responsáveis pelo aumento da violência na Europa e no Japão.

02. Ao utilizar a frase de Friedrich Schiller “Contra a estupidez lutam os próprios deuses em vão” (linha 01), o autor do texto pretende:

- (A) considerar a atitude política do presidente norte-americano em relação aos imigrantes latinos como uma asneira.
- (B) comparar Barack Obama a um deus, tendo em vista que o presidente possui o poder sobre a vida e a morte dos imigrantes latinos.
- (C) declarar vã a luta dos imigrantes latinos por uma vida digna nos EUA.
- (D) aventar a grande possibilidade de crescimento do Partido Republicano, em face da estupidez dos democratas.
- (E) ratificar a falsidade dos estereótipos atribuídos ao povo americano, haja vista a evidência de que não passam de uma estupidez forjada pelo resto do mundo.

03. Considerando-se o contexto de produção e o veículo no qual foi publicado, pode-se afirmar que o texto lido pertence ao gênero:
- (A) editorial, pois apresenta a posição do jornal Folha de São Paulo com relação à imigração nos EUA, sendo escrito, quase sempre, por alguém da direção do jornal.
 - (B) notícia, pois propaga uma informação relativamente curta, escrita numa linguagem clara, direta e concisa, abordando um tema atual.
 - (C) artigo de opinião, pois mostra a argumentação de um articulista do jornal defendendo suas ideias a respeito de um tema atual e de interesse coletivo.
 - (D) crônica, pois conta a história da imigração nos Estados Unidos sem obedecer a muitas regras. É, portanto, um texto leve, criativo e de leitura fácil.
 - (E) reportagem, pois aborda a temática da imigração de forma exaustiva e profunda, utilizando um estilo narrativo, mais descritivo e humanizado.
04. *Também é falsa a ideia de que imigrantes drenam recursos do “welfare state”* (linhas 15 e 16). A expressão assinalada foi empregada em sentido figurado. Um segmento do texto em que se nota também sentido figurado é:
- (A) ... os latinos estão perdendo a paciência... (linha 03)
 - (B) ... bateram o recorde de deportações... (linha 05)
 - (C) ... patrulhas de caça a ilegais... (linhas 11 e 12)
 - (D) ... tornando-se doadores líquidos do sistema. (linhas 17 e 18)
 - (E) ... um país forjado por imigrantes... (linha 21)
05. ... definir se a imigração é boa para o país (linhas 10 e 11).
- O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:
- (A) Ao que consta,... (linha 03).
 - (B) Latinos são uma das mais fiéis bases de apoio do Partido Democrata (linha 06).
 - (C) Também é falsa a ideia... (linhas 15 e 16)
 - (D) ... foi a imigração que evitou que... (linha 19)
 - (E) ... a demografia americana evoluiu para perfis perigosos... (linha 19)
06. *Barack Obama expulsou mais de 2 milhões de imigrantes nos últimos cinco anos.* Transpondo-se a frase acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será
- (A) eram expulsos.
 - (B) era expulso.
 - (C) foram expulsos.
 - (D) foi expulso.
 - (E) fora expulso.
07. *Mas, mesmo que nada disso fosse verdade...* (linha 20).
- O verbo empregado nos mesmos tempo e modo que o grifado na frase acima está em:
- (A) ... foi a imigração que evitou que a demografia americana evoluisse... (linha 19)
 - (B) ... os latinos estão perdendo a paciência com Barack Obama... (linha 03)
 - (C) É improvável que se bandeiem para os republicanos... (linha 07)
 - (D) ... o que pode causar dificuldades para os democratas... (linha 08)
 - (E) ... concluiu que a imigração contribui... (linha 13)
08. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, foi realizada de modo INCORRETO em:
- (A) Os latinos estão perdendo a paciência = Os latinos estão perdendo-na.
 - (B) Deixou de cumprir a promessa = Deixou de cumpri-la.
 - (C) Pode causar dificuldades para os democratas = Pode causar-lhes dificuldades.

- (D) *Elevar o nível de vida dos trabalhadores americanos* = Elevar-lhes o nível de vida.
 (E) *Usam parcela reduzida dos serviços* = Usam-na.

09. Não é, porém, o aspecto eleitoral que me interessa aqui, mas a questão mais substantiva de definir se a imigração é boa para o país (linhas 10 e 11). Os elementos grifados remetem, respectivamente, à ideia de

- (A) comparação – adversidade – intensidade.
 (B) explicação – conclusão – adição.
 (C) adversidade – comparação – adição.
 (D) adversidade – adversidade – adição.
 (E) adversidade – adversidade – intensidade.

10. A frase em que as regras de concordância NÃO estão plenamente respeitadas é:

- (A) Cada um dos imigrantes que moram nos Estados Unidos sobrevivem de forma precária, sem terem acesso aos serviços básicos oferecidos pelo Estado.
 (B) Estados Unidos é uma nação poderosa por conta da imigração.
 (C) Fui eu quem elaborou essas teorias sobre a imigração.
 (D) A maioria dos imigrantes mais esclarecidos possui um padrão de vida bastante desenvolvido, capaz de se adaptar a mudanças socioeconômicas, como inflação e desabastecimento de produtos.
 (E) Uma multidão de imigrantes invadiu os Estados Unidos. Não pagam impostos nem respeitam as leis como deveriam.

LEGISLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO ÚNICO

11. A lei 8.112/90 regula os adicionais a que os servidores público federais fazem jus. Com relação a estes adicionais, é INCORRETO dizer que:

- (A) o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
 (B) o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 30% (trinta por cento) em relação à hora normal de trabalho.
 (C) independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.
 (D) somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.
 (E) os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.

12. O direito de petição do servidor público federal está resguardado pela lei 8.112/90. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, sendo cabível pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado. Do indeferimento do pedido de reconsideração pode ser interposto Recurso. Diante desta afirmação, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
 (B) o recurso deverá ser sempre recebido com efeito suspensivo.
 (C) o direito de requerer prescreve em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
 (D) o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
 (E) a administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

13. Com relação ao processo administrativo disciplinar destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, de acordo com a lei 8112/90, é INCORRETO afirmar que:
- (A) sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.
 - (B) como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.
 - (C) extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora não poderá determinar o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
 - (D) o inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.
 - (E) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.
14. Pela lei 8.112/90, é contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias. Felismino Custódio Praça, servidor público, afastou-se do serviço público federal e exerceu por 8 anos cargo em comissão em Município brasileiro, retornando, posteriormente à suas atividades no âmbito federal. sobre o tempo de afastamento de Felismino, é CORRETO afirmar que:
- (A) não poderá ser contado como efetivo exercício no serviço público federal.
 - (B) só poderá ser contado pela metade como efetivo exercício no serviço público federal.
 - (C) só será contado para efeito de aposentadoria no serviço público federal.
 - (D) será contado integralmente como efetivo exercício no serviço público federal.
 - (E) só será contado para efeito de disponibilidade no serviço público federal.
15. Cremilda Apolinário Bezerra, servidora federal efetiva do Ministério da Fazenda, ocupa cargo de comissão na organização administrativa do órgão. No exercício de suas atividades possui várias informações sigilosas e relevantes para a Administração Pública Federal. Pretendendo agradar amigos, Cremilda revela importante segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Dentro do regime disciplinar ao qual está submetido o servidor público federal, Cremilda é processada administrativamente e considerada, ao final do trânsito em julgado, responsável e culpada. Diante das punições administrativas previstas na lei 8.112/90, independente de outras providências que poderão ser tomadas do ponto de vista civil e criminal, Cremilda deverá ser punida com
- (A) advertência e perda do cargo em comissão.
 - (B) suspensão e perda do cargo em comissão.
 - (C) destituição do cargo em comissão.
 - (D) exoneração do cargo público.
 - (E) demissão do cargo público.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Sobre o sistema operacional *Windows XP* (Português Versão Padrão do Fabricante), leia as afirmações abaixo.
- I. O comando de teclado Ctrl+Esc abre o menu iniciar;
 - II. O *Internet Explorer* é a ferramenta mais adequada para gerenciar arquivos;
 - III. O sistema de arquivos padrão é o EXT3.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

17. Sobre os aplicativos do pacote BrOffice.org (Português Versão Padrão do Fabricante), leia as afirmações abaixo e marque a opção CORRETA.

- I. No *Writer* é possível salvar arquivos do tipo txt;
- II. No *Calc* é possível salvar documentos com uma senha;
- III. Através do *Impress* é possível criar e editar arquivos pdf.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas I e III estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

18. A sigla usada para representar os conjuntos de estratégias com o objetivo de potencializar e melhorar o posicionamento de um site nas páginas de resultados nos sites de busca é:

- (A) CEO.
- (B) SEO.
- (C) CHIEF.
- (D) SEACHER.
- (E) CDO.

19. Sobre o conceito, uso e configuração de um *firewall*, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Pode ser implementado via *hardware* ou *software*.
- (B) Permite aplicar uma política de segurança à rede a qual está conectado, controlando o fluxo de pacotes.
- (C) No *firewall* que implementa a filtragem estática, os dados são bloqueados ou liberados meramente com base nas regras, não importando a ligação que cada pacote tem com outro.
- (D) Quando configurado corretamente, também impede as colisões de pacotes melhorando o desempenho da rede.
- (E) Um *firewall* de filtragem de pacotes está vulnerável ao IP *spoofing*.

20. Uma autenticação é caracterizada como forte quando estão presentes dois ou mais itens dos seguintes fatores:

- (A) Senha, criptografia, certificado digital.
- (B) Disponibilidade, confidencialidade, confiabilidade.
- (C) Onde você está, em quem você confia, criptografia.
- (D) O que você é, o que você sabe, o que você tem.
- (E) O que você é, criptografia, em quem você confia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Até parte da década de 1980, a associação entre serviço social e educação estava relacionada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais. A partir de meados da década de 1990, o campo educacional passou a ter novos significados para os assistentes sociais, inclusive com a política educacional constituindo-se componente da atuação de muitos deles. Essa mudança decorre
- (A) de uma determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) de que toda escola tenha uma assistente social.
 - (B) da aprovação do Projeto de Lei nº 3688/2000 que, dispondo “sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola”, determinou que as escolas tivessem assistentes sociais em seus quadros com a função de “acompanhamento dos alunos na escola e em sua comunidade”.
 - (C) das determinações da Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que, ao regulamentar a profissão de Assistente Social, estabeleceu que é prerrogativa exclusiva do assistente social a identificação dos fatores sociais, culturais e econômicos que determinam problemas, como evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos ou de risco no interior da escola.
 - (D) da ampliação do conceito de educação, em particular sua inclusão como direito social fundamental, e das possibilidades de desenvolvimento de programas e ações educacionais, combinados a mudanças societárias que apontam para a necessidade de ampliação temática da educação escolarizada, em particular as discussões sobre o trabalho, a cidadania, a família, a sexualidade, as drogas, a violência, o lazer e a adolescência.
 - (E) de reivindicações dos trabalhadores, particularmente da educação, através de entidades sindicais, em face da crise em que se encontra mergulhada a escola pública.
22. Os assistentes sociais, tendo por base as competências e atribuições que lhes são estabelecidas nos art. 4º e 5º da Lei nº 8.662/1993 e segundo o Parecer Jurídico do CFESS nº 23/00, podem desempenhar, no Serviço Social Escolar, várias funções. Dentre as opções abaixo, marque aquela que indica uma função do assistente social nesse campo.
- (A) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar os Projetos Pedagógicos.
 - (B) Realização de visitas sociais, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a realidade sócio-familiar do aluno, para que esse seja assistido e/ou encaminhado adequadamente.
 - (C) Planejar, organizar e administrar programas educacionais da escola.
 - (D) Zelar pela aprendizagem dos alunos.
 - (E) Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
23. Segundo notícia veiculada no Portal g1.globo.com/PI (acesso: 14/04/2014), “levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação (Semec) constatou que 32 escolas já sofreram assaltos, arrombamentos, depredações e outros casos de violência só este ano”. Neste contexto, é função do assistente social na Escola:
- (A) Participar, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo.
 - (B) Elaborar e executar programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno.
 - (C) Articular-se com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades.
 - (D) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
 - (E) Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso destes no atendimento e na defesa de seus direitos.
24. As situações de conflito no ambiente escolar têm exigido o desenvolvimento de ações preventivas e curativas no intuito de tornar as relações e o ambiente escolar harmonioso, por meio da prática do diálogo e da mediação dos conflitos. No Serviço Social, a mediação é uma das categorias mais usadas na prática profissional na atualidade, resultado:
- (A) da vertente modernizadora, uma incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas, voltadas para a melhoria do sistema através do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade.

- (B) da vertente inspirada na fenomenologia que, emergindo como metodologia dialógica, se dirige ao vivido humano, sujeitos em suas vivências, tendo o Serviço Social a tarefa de auxiliar os sujeitos singulares em relação aos outros.
- (C) da vertente marxista, pois nessa, a mediação é a categoria que articula as partes de uma totalidade complexa e possibilita a passagem do imediato ao mediato.
- (D) do tomista, que marcou o emergente Serviço Social, incutindo-lhe a noção de dignidade da pessoa humana, sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.
- (E) da Doutrina Social da Igreja, em particular as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891 e a “Quadragesimo Anno”, de Pio XI de 1931, que tratam da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à ação social da Igreja.

25. Na prática do assistente Serviço Social, a mediação permite

- (A) a intermediação entre instituições e usuários tendo em vista a efetivação de direitos.
- (B) a imediaticidade no atendimento da demanda do usuário com a aproximação desta da demanda institucional.
- (C) a instrumentalização metodológica para vencer a força inercial que prende os assistentes sociais à imediaticidade, permitindo-lhes o movimento que ascende dos fatos (abstrato) ao real mediatizado (concreto pensado).
- (D) o desenvolvimento de intervenções conforme a demanda institucional aos profissionais e nos limites que esta estabelece.
- (E) a setorização das necessidades dos usuários, a reiteração da inserção social pelos programas normatizados, conformados a imediaticidade, com respostas paliativas, organizadas com “um fim em si mesmo”.

26. A sociedade capitalista, na era dos monopólios, demanda à profissão de Serviço Social que intervenha na vida da família trabalhadora:

- I. Implementando políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da “questão social”, materializando os direitos do cidadão e promovendo a coesão social;
- II. Atendendo, cotidiano e rotineiramente, a indivíduos e grupos, realizando reuniões, planejando e emitindo relatórios;
- III. Atendendo às refrações da “questão social” de forma seletiva, pautando-se na sua fenomenalidade atomizada que, apesar da homogeneização que artificialmente é realizada mediante procedimentos burocráticos (delimitação dos “problemas”, “público-alvo” e dos recursos a serem alocados), persiste a ineliminável heterogeneidade das situações;
- IV. Apreendendo, da forma mais rica de determinações possível, a realidade (causalidade) e, diante disso, pensando as estratégias de intervenção (pôr teleológico) para a satisfação de necessidades;
- V. Teleologizando as intervenções necessárias para a construção do objetivo vislumbrado, que, no caso do Serviço Social, é a garantia do direito do cidadão por meio de serviços e benefícios, buscando orientar suas ações para a emancipação humana.

- (A) São verdadeiros somente os itens I, II e V.
- (B) São verdadeiros somente os itens II, III e IV.
- (C) São verdadeiros somente os itens III, IV e V.
- (D) São verdadeiros somente os itens I, II e III.
- (E) São verdadeiros somente os itens I, IV e V.

27. É dever do/a assistente social, conforme o art. 3º do Código de Ética Profissional:

- I. Abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- II. Participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades;
- III. Participar na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais;
- IV. Aprimorar-se profissionalmente de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios do Código de Ética Profissional;
- V. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.

- (A) São verdadeiros somente os itens I, II e V.
 - (B) São verdadeiros somente os itens II, III e IV.
 - (C) São verdadeiros somente os itens III, IV e V.
 - (D) São verdadeiros somente os itens I, II e III.
 - (E) São verdadeiros somente os itens I, IV e V.
28. Pesquisa realizada por Sebastião Rodrigues Marques constatou que, na maioria das vezes, as visitas domiciliares previstas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PRAC na Universidade Federal de Campina Grande (PB) são “vetadas pelas administrações dos centros, pois demandam diárias, transporte” sob a alegação de que estes são prioritariamente para o ensino e a pesquisa. Tal determinação contraria, entre **os direitos** do assistente social nas relações **com as instituições empregadoras** (art. 7º) previstos no Código de Ética Profissional, o seguinte dispositivo:
- (A) Dispor de condições de trabalho condignas seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
 - (B) Ter livre acesso à população usuária.
 - (C) Ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e que sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.
 - (D) Integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
 - (E) Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
29. Entre os deveres do/a assistente social com as instituições empregadoras (art. 8º), é considerado especialmente grave pelo Código de Ética Profissional, para efeito da fixação da pena, a violação que diz respeito à seguinte disposição:
- (A) Prevaler-se de cargo de chefia para atos discriminatórios e de abuso de autoridade.
 - (B) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas da instituição em que trabalha, quando os mesmos estiverem ferindo os princípios e diretrizes deste Código, mobilizando, inclusive, o Conselho Regional, caso se faça necessário.
 - (C) Ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios deste Código e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro/a profissional.
 - (D) Prejudicar deliberadamente o trabalho e a reputação de outro/a profissional.
 - (E) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
30. O exercício profissional do assistente social se constitui uma totalidade, formada por três dimensões: teórico-metodológica; ético-política; técnico-operativa. Constituem elementos da dimensão técnico-operativa:
- (A) Teorias e métodos necessários para a análise do real e para a investigação das demandas.
 - (B) Os valores, princípios e finalidades que permitem avaliar as prioridades, a viabilidade das alternativas para a realização da ação, bem como para projetar a ação e avaliar as consequências dessa ação.
 - (C) As estratégias e táticas definidas para orientar ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais e a orientação teórico-metodológica e ético-política dos agentes profissionais.
 - (D) Estritamente o instrumental técnico-operativo constituído por instrumentos e técnicas.
 - (E) Os procedimentos e técnicas utilizadas pelo profissional.
31. É instrumento de caráter individual utilizado pelo assistente social no cotidiano das instituições em que atuam para abordagem direta aos usuários dos serviços sociais:
- (A) Entrevista.
 - (B) Plantão Social.
 - (C) Encaminhamento.
 - (D) Acompanhamento social.
 - (E) Aconselhamento.

32. É procedimento de caráter coletivo utilizado pelo assistente social no cotidiano das instituições em que atuam para atendimento aos usuários dos serviços sociais:
- (A) Reuniões.
 - (B) Oficinas.
 - (C) Palestras.
 - (D) Dinâmica de Grupo.
 - (E) Informação.
33. “O exercício profissional dos assistentes sociais implica a existência de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização das propostas de ação conscientemente definidas” (SARMENTO, 2012). Por instrumento, entende-se:
- (A) A maneira através da qual o profissional conduz suas ações ou objetiva suas intencionalidades.
 - (B) Um conhecimento empírico elaborado, desenvolvido pela capacidade humana como prolongamento de sua racionalidade para realizar coisas.
 - (C) Um saber efetivo, mais aplicável que se tornou inseparável da ciência e, agora, do mercado.
 - (D) Como aquele que potencializa as intencionalidades teórico-políticas do profissional para a efetivação da ação.
 - (E) Como criação, enquanto fato em si mesmo e como um conjunto próprio de determinada cultura, posto que seu sentido é inseparável do complexo de relações sociopolíticas e econômicas de uma dada conformação temporal e histórica.
34. Numere a 2ª coluna de acordo com a primeira, associando o instrumento da prática do Serviço Social à conceituação respectiva.
- | | | |
|-----------------------|-----|---|
| (1) Observação | () | Contato intencional de aproximação através do qual é criado um espaço para o diálogo crítico, para a troca de informações e/ou experiências para a aquisição de conhecimentos e/ou de um conjunto de particularidades necessárias à ação profissional e/ou estabelecimento de novas relações de interesse dos usuários. |
| (2) Informação | () | Processo de reconstrução das relações no campo das mediações, no âmbito das relações sociais em que se faz uso intencional da presença física do assistente social (corporal e institucional) no espaço das organizações, implicando em movimento, mobilização e condução de processos de poder e saber. |
| (3) Abordagem | () | Esforço conjunto entre assistente social e usuários, para refletir criticamente os mecanismos de produção e reprodução social das relações nas quais estão inseridos, reconstruindo as mediações, em uma perspectiva de totalidade e historicidade. |
| (4) Visita domiciliar | () | Potencializador das possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades) cujo ponto de referência é a garantia dos direitos do usuário (através dos serviços que lhe são levados). |
| (5) Relacionamento | () | Introdução, transmissão ou propagação de conteúdos crítico-reflexivos à população, favorecendo a difusão de conhecimentos sobre novas maneiras de pensar e agir. |

A numeração CORRETA da segunda coluna é:

- (A) 1, 2, 3, 4, 5
- (B) 5, 3, 4, 2, 1
- (C) 3, 5, 2, 4, 1
- (D) 2, 4, 1, 5, 3
- (E) 3, 5, 1, 4, 2

35. O Projeto ético-político do Serviço Social:

- (A) É o Código de Ética Profissional.
- (B) É a apresentação da autoimagem da profissão, eleição dos valores que a legitimam socialmente, a delimitação e priorização de seus objetivos e funções, a formulação dos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, a prescrição das normas para o comportamento dos profissionais e estabelecimento das bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).
- (C) É a lei que regulamenta a profissão.
- (D) São as diretrizes curriculares que norteiam a formação profissional do assistente social.
- (E) É a ressignificação de modalidades prático-interventivas tradicionais e a emergência de novas áreas e campos de intervenção, devido, sobretudo, às conquistas dos direitos cívicos e sociais que acompanharam a restauração democrática na sociedade brasileira.

36. O Projeto ético-político do Serviço Social tem como núcleo:

- (A) A defesa intransigente dos direitos humanos.
- (B) O repúdio do arbítrio e dos preconceitos.
- (C) O pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.
- (D) O compromisso com a competência.
- (E) A liberdade como valor central.

37. O Projeto ético-político do Serviço Social tem como dimensão política:

- (A) A defesa da construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.
- (B) O posicionamento em favor da equidade e da justiça social.
- (C) A formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar a análise concreta da realidade social.
- (D) Uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais do qual é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população.
- (E) A articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

38. A assistência estudantil nas instituições de educação superior federais foi instituída pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tendo como objetivos:

- I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- III. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV. Assegurar que as ações garantam a convivência familiar e comunitária;
- V. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.

- (A) São verdadeiros somente os itens I, II e IV.
- (B) São verdadeiros somente os itens I, III e V.
- (C) São verdadeiros somente os itens III, IV e V.
- (D) São verdadeiros somente os itens I, II e III.
- (E) São verdadeiros somente os itens I, IV e V.

39. A faixa etária prevista para a realização de um curso superior é de 18 a 24 anos. Esta faixa etária faz com que estes alunos tenham seus direitos assegurados:

- (A) No Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (B) Na Lei Orgânica da Assistência Social.
- (C) No Estatuto da Juventude.
- (D) Na Lei que instituiu a Política Nacional de Assistência Social.
- (E) Na Lei que instituiu o sistema de reserva de vagas nas instituições de educação superior públicas.

40. A expansão da oferta da educação superior no Brasil a partir dos anos de 1990 foi favorecida por várias medidas:
- I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que flexibilizou os modelos organizacionais das institucionais de educação superior;
 - II. O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, cuja finalidade consiste em conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior;
 - III. O Programa Expansão das IFES cuja meta era a implantação de 10 novas universidades federais e a criação ou consolidação de 49 campi nas cinco regiões brasileiras, com vista a ampliar o acesso à universidade, promover a inclusão social, reduzir as desigualdades regionais e “reorientar a organização do ensino superior no Brasil” (MEC, 2006, p. 11);
 - IV. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que apresenta como meta a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, melhor aproveitamento da estrutura física e de pessoal existente nas universidades federais;
 - V. A instituição, pela Lei nº 11.079/04, para licitação e contratação de parceria das Parcerias Público-Privadas que favoreceu a transferência de instituições públicas de educação superior para a iniciativa privada.
- (A) Somente as afirmativas I, III e IV estão falsas.
 - (B) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
 - (C) Somente as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
 - (D) Somente a afirmativa V é falsa.
 - (E) Todas as afirmativas são verdadeiras.
41. A assistência estudantil é:
- (A) Uma política pública estabelecida pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, cuja finalidade é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.
 - (B) Um direito assegurado no art. 6º da Constituição Federal quando trata dos direitos sociais fundamentais.
 - (C) Um direito assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social, ao se voltar para a provisão dos mínimos sociais, realizados através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.
 - (D) Um direito assegurado pelo Estatuto da Juventude, estabelecido pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que garante aos estudantes das instituições públicas de educação superior os meios necessários à permanência e sucesso escolar.
 - (E) Uma das medidas previstas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, com a finalidade de estimular a adesão das instituições de educação superior ao Programa.
42. O consumo de álcool e outras substâncias psicoativas nas universidades tem sido motivo de preocupação crescente. Neste contexto, a atuação do assistente social se voltaria para
- (A) orientar e estabelecer, com embasamento científico, intervenções e ações de redução de danos, considerando a qualidade de vida, o bem-estar individual e comunitário, as características do ambiente universitário e o risco social.
 - (B) promover ações contínuas de repressão para reduzir a oferta das drogas ilegais e/ou de abuso, pela erradicação e apreensão permanentes dessas substâncias produzidas no país.
 - (C) promover e realizar, periódica e regularmente, levantamentos abrangentes e sistemáticos sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, incentivando e fomentando a realização de pesquisas dirigidas a parcelas da sociedade.
 - (D) garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis, dentre outros, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada.
 - (E) dirigir as ações de caráter preventivo no estado, de forma continuada, com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a redução do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido.

43. A reserva de vagas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação estabelecida pela lei nº 12.711/2012, destina-se
- (A) a todos os estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.
 - (B) aos estudantes que se autodeclararem pretos ou pardos.
 - (C) aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.
 - (D) aos estudantes que se autodeclararem indígenas.
 - (E) aos estudantes com renda de até 1,5 salário mínimo que cursaram integral e exclusivamente toda a educação básica em escolas públicas.
44. As vagas reservadas nos cursos de graduação nas instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação, em cumprimento à lei nº 12.711/2012, serão preenchidas conforme os seguintes critérios:
- (A) Curso de ensino médio em escola pública e autodeclaração como indígena, preto ou pardo.
 - (B) Escolaridade básica integral em escola pública, autodeclaração como indígena e renda per capita da família menor que 1,5 salário-mínimo.
 - (C) Autodeclaração como indígena, renda per capita da família menor que 1,5 salário-mínimo.
 - (D) Curso de ensino médio integral em escola pública, renda per capita da família menor que 1,5 salário-mínimo, autodeclaração como preto, pardo ou indígena na mesma proporção desses segmentos na população de cada unidade da federação.
 - (E) Curso de ensino médio integral em escola pública e autodeclaração como preto ou pardo.
45. Estudo realizado na Universidade Federal de Lavras avaliou os efeitos da assistência estudantil na permanência e no rendimento acadêmico de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. Esta é uma avaliação de política pública
- (A) de impacto, examinando os efeitos subjetivos, isto é, as alterações no "estado de espírito" da população.
 - (B) de impacto, aferindo se o programa está sendo implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas.
 - (C) de processo, examinando os efeitos substantivos, isto é, as alterações qualitativas nas condições de vida da população alvo do programa.
 - (D) de impacto, aferindo os efeitos do programa sobre a população-alvo e estabelecendo uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais.
 - (E) de processo, aferindo se o programa está sendo implementado de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto atingirá (ou atingiu) as metas desejadas.
46. A avaliação dos efeitos da assistência estudantil na permanência e no rendimento acadêmico de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica da Universidade Federal de Lavras foi realizada comparando os indicadores de rendimento e evasão escolar dos usuários dessa política pública com os demais alunos dessa universidade. Esta é uma metodologia de avaliação:
- (A) Experimental.
 - (B) Quase experimental.
 - (C) Descritiva.
 - (D) Explicativa.
 - (E) Exploratória.
47. A ação estatal de assistência aos estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) consubstancia-se no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). A designação de PLANO do planejamento dessa ação significa que é:
- (A) A indicação de “como” e “com quê” se fará a ação, fixando-se no curto prazo, no tratamento dos meios, na técnica e nos instrumentos, pois se volta para a fase de execução.
 - (B) O delineamento de decisões de caráter geral, das grandes linhas políticas, das estratégias, das diretrizes e das responsabilidades dos envolvidos, sistematizando e compatibilizando objetivos e metas e fornecendo referenciais para ações setoriais e/ou regionais.
 - (C) A sistematização e estabelecimento do traçado prévio da operação da unidade elementar do processo de racionalização de decisões e, como tal, indica os meios necessários à sua realização e à adequação desses

meios aos resultados perseguidos, detalhando as atividades a serem desenvolvidas, estabelecendo prazos, especificando recursos e estruturando receitas e custos.

- (D) O detalhamento de diretrizes, metas e medidas instrumentais de um setor, permitindo projeções mais detalhadas e informações e estabelecendo o quadro de referência para as atividades a serem desenvolvidas.
- (E) A formalização e incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais, bem como a instrumentalização jurídica administrativa do planejamento.
48. O planejamento “se realiza a partir de um processo de aproximações sucessivas” (BAPTISTA, 1979, p. 19) que constituem as chamadas fases metodológicas, das quais a chamada “estudo/diagnóstico” é:
- (A) A localização da situação ou problema e das ideias básicas que serão utilizadas no decorrer do processo, devendo conter: a especificidade do objeto e dos sistemas e subsistemas que o compõem, a justificativa da escolha (aspectos de viabilidade e importância do problema), explicitação das limitações (restrições), dimensionamento da questão e a formulação das hipóteses iniciais orientadoras; operacionalização dos conceitos básicos da formulação da questão e hipóteses.
- (B) O momento de tomada de decisões, quando se define o que se pretende atingir com a ação planejada, tendo por base os valores e a ideologia do grupo, as características da instituição, o reconhecimento do problema e a análise diagnóstica. Podem ser gerais, específicos e operacionais e relacionados ao tempo presumido para alcançá-los (longo/curto prazo; imediatos).
- (C) O exame do desempenho e dos resultados da ação a partir de critérios determinados, quase sempre relacionados à eficiência, eficácia e efetividade, com vistas à formulação de juízos de valor. Aspectos considerados: os objetivos – adequação à situação ou problema, suas especificações, e seu alcance; o planejamento – os vários passos e as técnicas previstas para a realização da ação; a execução – a organização, os recursos, os procedimentos; os fatores que facilitaram e que dificultaram o desempenho; o produto da ação.
- (D) A fase em que se processam o acompanhamento, a mensuração e o registro do trabalho executado, tendo em vista: a verificação de correspondência com o planejado, em termos de meios e de produto; a identificação e a correção de desvios e bloqueios na execução, em relação ao estabelecido no planejamento; o fornecimento de subsídios para avaliação e para replanejamento da ação.
- (E) É a reflexão e o juízo dos dados da realidade, a partir de um quadro de referência normativo definido, o que permite qualificar e quantificar o sistema em estudo e formular juízos em relação ao seu conjunto e a determinados aspectos especiais. Envolve: o levantamento das hipóteses preliminares, a montagem de um quadro referencial, a coleta e o processamento dos dados da realidade, reflexão analítica, a identificação de prioridades de intervenção.
49. Uma situação incomum, mas não rara, nas instituições de educação superior é o ingresso de cidadãos na faixa etária de 15 a 18 anos. Aos cidadãos nesta faixa etária aplica-se:
- (A) O Estatuto da Juventude, instituído pela lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.
- (B) O Estatuto da Juventude, instituído pela lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 e, excepcionalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos casos relacionados à proteção familiar.
- (C) O Estatuto da Juventude, instituído pela lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 e, excepcionalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, nos casos relacionados à precedência de atendimento nos serviços públicos.
- (D) O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- (E) O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, instituído pela lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.
50. O Piauí é um dos estados brasileiros com piores indicadores sociais e econômicos, tendo, entre as unidades da federação, o 26º índice de analfabetismo, o 25º IDH, o 23º Produto Interno Bruto. Dentre os objetivos do Programa de Extensão Universitária – PROEXT, instituído pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008, os que se voltam, estritamente, para a formação de profissionais aptos a transformarem essa realidade são:
- I. Dotar as instituições públicas de ensino superior de melhores condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão, permitindo planejamento de longo prazo;
- II. Estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior;

- III. Contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira por meio do contato direto dos estudantes com realidades concretas e da troca de saberes acadêmicos e populares;
 - IV. Propiciar a democratização e difusão do conhecimento acadêmico;
 - V. Centralizar e racionalizar as ações de apoio à extensão universitária desenvolvidas no âmbito do Ministério da Educação.
- (A) Todos os itens são verdadeiros.
 - (B) Somente os itens III, IV e V são verdadeiros.
 - (C) Somente o item V é falso.
 - (D) Somente os itens I, III e IV são falsos.
 - (E) Somente os itens II, III e IV são verdadeiros.